

Fabio Paulo Reis de Santana
Paulo Kron Psanquevich
Camila Perissini Bruzzese

O SUS e a Judicialização da Saúde dos procedimentos clínicos à estrutura jurídica

TOMO II Sob a perspectiva Jurídica

Prefácio

Ministro Benedito Gonçalves

Autores

Ana Paula Ferreira dos Santos - Caio Gama Mascarenhas
Clenio Jair Schulze - Cynthia Pereira de Araújo
Daniela Batalha Trettel - Felipe Gonçalves Fernandes
Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli - Fernanda Gomes de Oliveira
Fernando Alcantara Castelo - Flavia Dreher de Araujo
Georghio Alessandro Tomelin
Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina
Humberto Mota Filho - Jean Keiji Uema - João Alves de Melo Jr.
Juliana Yumi Yoshinaga Kayano - Leonardo Felipe de Oliveira Ribas
Lídia Maria Ribas - Lucas Oliveira Faria - Luis Manuel Fonseca Pires
Marcelo Rodrigues Mazzei - Marcos Vinícius Sales dos Santos
Marília Cláudia Carvalhais Teixeira - Maurício Zockun
Nicolle Chistien Mesquita Marques Megda - Rafaela Borensztein
Renan Sequeira - Reynaldo Mapelli Junior
Rodolfo Breciani Penna - Rogério Tobias de Carvalho
Sabrina Maradei Silva - Silvio Gabriel Serrano Nunes
Silvio Felipe Guidi - Sulamitha Bonvicini Veloso Villas Boas
Taisa Cintra Dosso - Taissa Cristina Alves Barreira
Tarsila Costa do Amaral - Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho
Zilla Oliva Roma

COORDENADORES

Fabio Paulo Reis de Santana
Paulo Kron Psanquevich
Camila Perissini Bruzzese

O SUS E A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: dos procedimentos clínicos à
estrutura jurídica

TOMO II: Sob a perspectiva Jurídica

AUTORES

Ana Paula Ferreira dos Santos - Caio Gama Mascarenhas - Clenio Jair
Schulze - Cynthia Pereira de Araújo - Daniela Batalha Trettel - Felipe
Gonçalves Fernandes - Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli - Fernanda Gomes
de Oliveira - Fernando Alcantara Castelo - Flávia Dreher de Araujo -
Georghio Alessandro Tomelin - Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes
Piccina - Humberto Mota Filho - Jean Keiji Uema - João Alves de Melo Jr. -
Juliana Yumi Yoshinaga Kayano - Leonardo Felipe de Oliveira Ribas - Lídia
Maria Ribas - Lucas Oliveira Faria - Luis Manuel Fonseca Pires - Marcelo
Rodrigues Mazzei - Marcos Vinícius Sales dos Santos - Marília Cláudia
Carvalhais Teixeira - Maurício Zockun - Nicolle Chistien Mesquita Marques
Megda - Rafaela Borensztein - Renan Sequeira - Reynaldo Mapelli Junior -
Rodolfo Breciani Penna - Rogério Tobias de Carvalho - Sabrina Maradei
Silva - Silvio Gabriel Serrano Nunes - Silvio Felipe Guidi - Sulamitha
Bonvicini Veloso Villas Boas - Taisa Cintra Dosso - Taíssa Cristina Alves
Barreira - Tarsila Costa do Amaral - Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho -
Zillá Oliva Roma

Rio de Janeiro

2022

Copyright © 2022 by Fabio Paulo Reis de Santana, Paulo Kron Psanquevich, Camila Perissini Bruzzese

Categoria: Direito Constitucional
Produção Editorial
Centro de Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)

Diagramação: Pedro Luiz Ferreira de Almeida

Capa: Júlia Ferreira de Almeida

O Centro de Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ) não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra pelo seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados ao
Centro de Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)

Impresso pela Bok2

Catálogo: Daniele Alvarenga CRB7: 6873/RJ

Santana, Fabio Paulo Reis de

O SUS e a judicialização da saúde: dos procedimentos clínicos à estrutura jurídica: tomo 2: Sob a perspectiva Jurídica / Fabio Paulo Reis de Santana; Paulo Kron Psanquevich; Camila Perissini Bruzzese [coord.]. Rio de Janeiro: CEEJ, 2022.

655 p.: il.

Inclui notas explicativas e figuras.

ISBN: 978-65-84958-01-2

1. SUS. 2. Direito à saúde (Brasil). 3. Judicialização da saúde. 4.. I. Título.
II. série

CDD – 341.6311

SUMÁRIO

BREVE APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES E DOS AUTORES	5
PREFÁCIO	15
NOTA DOS COORDENADORES	29
APRESENTAÇÃO DA OBRA	31
A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE PELO ESTADO	35
<i>Maurício Zockun</i>	
<i>Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli</i>	
Introdução	35
A saúde no rol das atividades estatais	35
1. Os serviços de saúde na constituição e o seu regime jurídico	36
1.1. Saúde: um conceito constitucional	36
1.2. Atividades abrangidas pelo conceito constitucional de saúde ..	37
1.3. Delegação da atividade saúde: delineamentos constitucionais .	37
2. Particulares em colaboração com o estado na prestação do serviço de saúde.....	38
2.1. Prestação do serviço de saúde pelo estado: alternativas constitucionais.....	38
2.2. Prestação do serviço de saúde pelo estado: atividade particular complementar.....	39
Conclusão.....	40
Referências.....	40
PRECEITOS FUNDAMENTAIS DO SUS E O PODER JUDICIÁRIO: UM ESTUDO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF ..	43
<i>Georghio Alessandro Tomelin</i>	
<i>Jean Keiji Uema</i>	
<i>Silvio Gabriel Serrano Nunes</i>	
Introdução	43
1. Evolução constitucional do direito à saúde no Brasil	44
2. O sus sistema único de saúde.....	48
3. Direito à saúde e o regime dos direitos fundamentais	52
4. Decisões do STF	60
4.1. Dimensão objetiva.....	60
4.2. dever de financiamento do SUS.....	64
4.3. Ações relacionadas a prestações materiais medicamentos e internação	66

4.4. “Diferença de classe” e cofinanciamento no SUS – SUS sem privilégios.....	70
4.5. Decisões sobre o SUS na pandemia de COVID-19.....	73
Conclusão.....	77
Referências.....	77

QUEM TEM O DIREITO DE “FURAR A FILA”?.....	81
--	----

Nicolle Chistien Mesquita Marques Megda

Sabrina Maradei Silva

1. O direito à saúde na constituição.....	81
2. Da reserva do possível.....	83
3. O mínimo existencial.....	85
4. O sistema de regulação.....	87
5. Da isonomia.....	91
Conclusão.....	93
Referências.....	95

O TEMA 793 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO DA UNIÃO.....	97
--	----

Flávia Dreher de Araújo

Introdução.....	97
1. Competência material do artigo 23, inciso II da CRBF/1988 e o princípio da predominância do interesse.....	98
2. A primeira interpretação do STF ao artigo 23, inciso II da CRBF/1988.....	101
3. Tema 793 do Supremo Tribunal Federal.....	103
4. Assistência farmacêutica e a competência administrativa e financeira dos entes federativos do Brasil no sistema único de saúde.....	105
5. A judicialização de tratamentos que não fazem parte das políticas públicas de saúde.....	109
6. Litisconsórcio passivo necessário da União no Tema 793 do STF e a necessária remessa do feito à Justiça Federal.....	110
7. Jurisprudência que acata o litisconsórcio passivo necessário da União e que extingue o feito em razão da União não figurar como ré no processo.....	112
Conclusão.....	119
Referências.....	120

Coordenadores: *Fabio Paulo Reis de Santana, Paulo Kron Psanquevich, Camila Perissini Bruzzese*

A INCORPORAÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO EM SISTEMAS PÚBLICOS DE SAÚDE 123

Rogério Tobias de Carvalho

Introdução	123
1. Perspectiva brasileira	126
2. A perspectiva europeia.....	132
3. A ciência baseada em evidências	134
4. Casos emblemáticos de altíssimo custo	144
Referências.....	150

CONSOLIDANDO O PACTO FEDERATIVO E O PROTAGONISMO DA UNIÃO NA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: O RECONHECIMENTO DA OBRIGATORIEDADE DA PRESENÇA DO ENTE FEDERAL NAS AÇÕES QUE BUSCAM O FORNECIMENTO DE TRATAMENTOS NÃO INCORPORADOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE 153

Fernando Alcantara Castelo

Introdução	153
1. Federalismo cooperativo e repartição de competências no sistema único de saúde	153
2. Solidariedade mitigada: a fixação da nova tese do tema de repercussão geral nº 793.....	155
3. O reconhecimento do protagonismo da união na judicialização da saúde.....	158
Conclusão.....	162
Referências.....	163

SOLIDARIEDADE E RESSARCIMENTO NO SUS: ANÁLISE DE CASOS JUDICIAIS E DISCUSSÃO SOBRE A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO SANITÁRIO NAS CORTES BRASILEIRAS..... 165

Tarsila Costa do Amaral

Introdução	165
1. Como viabilizar ações regressivas entre entes federativos solidários nas demandas prestacionais de saúde e, ao mesmo tempo, garantir ampla defesa e contraditório?.....	169

2. Primeiro caso: município de Jundiá, SP, versus União e Estado de São Paulo. Ressarcimento de valores gastos no fornecimento de imunoglobulina humana.....	169
3. De qual solidariedade estamos falando?	174
4. Segundo caso: município de Indaiatuba, SP, versus Estado de São Paulo. Ressarcimento de valores gastos em cirurgias eletivas de alta complexidade	177
5. E os tratamentos de saúde não padronizados pelo SUS? Como equalizar as competências interfederativas?	181
6. Terceiro caso: município de Arthur Nogueira, SP, versus Estado de São Paulo. Ressarcimento de valores gastos no fornecimento de medicamentos não padronizados pelo SUS	184
Considerações finais	188
Referências.....	190

A COMPETÊNCIA DO GESTOR MUNICIPAL DE SAÚDE.... 195

Marília Cláudia Carvalhais Teixeira

Referências.....	202
------------------	-----

DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS NA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL 205

Caio Gama Mascarenhas

Lídia Maria Ribas

Introdução	205
1. Judicialização da saúde e o imperativo diálogo equilibrado entre instituições	206
1.1. (In)capacidades institucionais diante de problemas processuais e sanitários da judicialização da saúde.....	207
1.2. (In)capacidades institucionais diante de problemas de gestão financeira-orçamentária na judicialização da saúde.....	212
1.3. Necessário diálogo equilibrado entre as instituições	217
2. Convenção processual, LINDB e os parâmetros para decisões judiciais conforme normas de gestão pública	219
2.1. Os acordos processuais coletivos ou protocolos institucionais.....	222
2.2. Algumas propostas: acordos processuais coletivos ou protocolos institucionais na seara da gestão pública orçamentária	225
2.3. Transparência e accountability de verbas públicas utilizadas nas demandas judiciais contra o SUS	229

Coordenadores: Fabio Paulo Reis de Santana, Paulo Kron Psanquevich, Camila Perissini Bruzzese

Considerações finais	232
Referências	233

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO NEGOCIADO DE DECISÕES JUDICIAIS PELA FAZENDA PÚBLICA NA ÁREA DA SAÚDE.....	239
---	------------

Zillá Oliva Roma

Introdução	239
1. Da tutela jurisdicional de direitos prestacionais: os critérios processuais	241
2. Das astreintes como medida coercitiva típica	242
3. A lei federal Nº 13.655/2018	251
3.1. Dos escopos do processo: a adaptação da técnica e a instrumentalidade processual	253
4. Medidas dialógicas e/ou estruturantes	257
Considerações finais	266
Referências	267

PROGRAMA ACESSA SUS: AS DEMANDAS EM SAÚDE PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA UMA SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE QUALIDADE	269
--	------------

Daniela Batalha Trettel

Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina

Introdução	269
1. Breve trajetória da jurisprudência do supremo tribunal federal acerca do direito fundamental à saúde	270
2. Código de processo civil, defensoria pública e a solução extrajudicial de conflitos	273
3. O programa acessa sus: análise empírica e crítica	275
3.1. Resultados da pesquisa.....	277
Considerações finais	280
Referências	282

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA ADVOCACIA PÚBLICA NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE.....	285
---	------------

Felipe Gonçalves Fernandes

Fernanda Gomes de Oliveira

Rodolfo Breciani Penna

Introdução	285
1. Os órgãos de advocacia pública.....	286
2. O direito à saúde na constituição da república de 1988	288
3. A judicialização do direito à saúde	295
3.1. Medicamentos	295
3.2. Formas de efetivação das políticas públicas de saúde pelo poder judiciário	301
3.3. O direito à saúde nos tribunais superiores em tempos de pandemia	304
4. Uma reflexão sobre o papel da advocacia pública.....	310
Conclusão.....	317
Referências.....	318

ASTREINTES E SUS: O MOCINHO TRANSFORMADO EM VILÃO

321

Sulamitha Bonvicini Veloso Villas Boas

Taisa Cintra Dosso

Introdução	321
1. Conceito e natureza jurídica da multa coercitiva	322
2. As astreintes no código de processo civil e na jurisprudência... ..	324
2.1. Hipóteses de cabimento e sujeito passivo.....	324
2.2. Os entes da federação como sujeito passivo das multas: a jurisprudência do stj nas ações de obrigação de fazer ou dar do sus.....	328
3. Cominação de ofício, valor e periodicidade.....	331
3.1. Princípio da efetividade do processo	332
3.2. Parâmetros para fixação	336
4. A multa e o “enriquecimento sem causa”	340
4.1. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade	340
4.2. Diminuição do valor da multa.....	343
5. Execução da multa coercitiva	345
5.1. O estado pagando ao estado	345
5.2. O custo efetivo das multas ao erário público	346
Considerações finais	346
Referências.....	347

CONFLITOS DE INTERESSES NA PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS E REFLEXOS NA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: “SUNSHINE ACT” E A BUSCA POR

TRANSPARÊNCIA NO COMPLEXO DE RELAÇÕES DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA.....	351
<i>Marcos Vinícius Sales dos Santos</i>	
Introdução	351
1. Atuação da influência da indústria farmacêutica no fomento da judicialização da saúde.....	354
2. Transparência nas relações travadas pela indústria farmacêutica: iniciativas sobre o tema e necessidade de marco normativo nacional	363
Considerações finais	369
Referências.....	371

**REFLEXÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DO MÉDICO
PRESCRITOR NO ÂMBITO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE
PERANTE ENTES PÚBLICOS**

375

Cynthia Araújo

Introdução	375
1. Os limites da autonomia médica	376
2. A necessidade de respeito à normatização de regência.....	378
2.1. As normas estabelecidas no decreto nº 7.508/2011	380
2.2. Determinações específicas sobre o respeito à padronização...	381
2.3. A prescrição de tecnologia não registrada ou autorizada pela anvisa	383
2.4. A prescrição de tecnologia compreendida como obstinação terapêutica.....	384
2.5. A prescrição de tecnologia sem a adequada prestação de informações ao paciente.....	386
Conclusão.....	388
Referências.....	389

**DOS DIREITOS DOS PARTICIPANTES DE ENSAIOS E
PESQUISAS CLÍNICAS À LUZ DO ORDENAMENTO
JURÍDICO BRASILEIRO**

391

Ana Paula Ferreira dos Santos

Introdução	391
1. Breve histórico	391
2. Pesquisas clínicas: breve definição, objetivos e fases.....	394
3. Regulamentação da pesquisa científica no país	395
4. Partes necessárias para a deflagração do ensaio clínico	396

5. Dos direitos dos participantes de pesquisa.....	398
6. Do acesso pós- estudo no âmbito dos tribunais	406
7. Da evolução da discussão para uma perspectiva transumanista	411
Conclusão.....	412
Referências.....	413

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DETERMINANTES JURÍDICOS DOS PROCESSOS DE VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO BRASIL (DHAA): DOS LIMITES FORMAIS (DA JUSTICIABILIDADE) DO DHAA PARA SUA EFETIVIDADE.....	419
--	------------

Leonardo Felipe de Oliveira Ribas

Introdução	419
1. Dos limites formais (da justiciabilidade)	423
2. Do limite de autocontenção do judiciário por concretização constitucional seletiva	426
3. Dos limites de controle judicial e de acesso isonômico-processual dos pobres à justiça	434
Referências.....	459

A AUTONOMIA DO PACIENTE EM FIM DE VIDA JUNTO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	463
---	------------

Rafaela Borensztein

Taíssa Barreira

1. A autonomia e o reflexo na saúde	463
2. O sistema único de saúde – sus	465
3. A distanásia e a finitude como um tabu	468
Considerações finais	473
Referências.....	474

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E SUAS FONTES DE FINANCIAMENTO: A PARTIDA DEMOCRÁTICA DO BRASIL	477
---	------------

João Alves de Melo Jr

1. O sistema único de saúde como marco democrático	477
2. As fontes de financiamento do SUS	478
3. Controle das receitas do SUS.....	482
Conclusão.....	482
Referências.....	483

OS DESAFIOS DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, ESCASSEZ, ENDIVIDAMENTO E JUDICIALIZAÇÃO NA VERTENTE ORÇAMENTÁRIA DA SAÚDE 485

Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho

1. O desafio do administrador público em aplicar o princípio da transparência e o princípio da moralidade como sua base densificadora	485
2. Os desafios legais de base orçamentária da saúde	491
3. O desafio da escassez de recursos no sistema universal adotado no brasil e a comparação com o sistema português	497
3.1. O desafio em relação ao endividamento pela via da dívida flutuante: o caso estado do rio de janeiro.....	501
Referências.....	509

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO SUS: A VACINA DA TRANSPARÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA 513

Humberto Mota Filho

Introdução	513
1. Contratações públicas	514
1.1. Ocd e a nova lei de licitações: diretrizes de transparência nas compras públicas.....	516
1.2. Ocd e a nova lei de licitações: diretrizes de accountability nas compras públicas.....	518
2. SUS: Contratações públicas em tempos de pandemia	520
2.1. SUS: Controle público externo	522
2.2. SUS: Controle social.....	524
Considerações finais	526
Referências.....	527

ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS SOBRE A VACINAÇÃO CONTRA O COVID-19 À LUZ DO TRATAMENTO NORMATIVO CONFERIDO ÀS VACINAS 531

Silvio Guidi

Renan Sequeira

Introdução	531
1. Notas sobre o tratamento jurídico da vacinação no Brasil.....	532

2. Judicialização sobre a obrigatoriedade/ compulsoriedade da vacinação.....	535
3. Judicialização das regras definidas pelo pni e das ações dos estados, do distrito federal e dos municípios para implementá-lo.	542
3.1. Decisões judiciais sobre a aplicação de terceira dose de vacina	543
3.2. Decisões judiciais sobre a disponibilização de marca específica de vacina	547
Conclusão.....	549
Referências.....	549

O DIREITO COLETIVO À SAÚDE E A COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA ESTABELECEER PLANOS LOCAIS DE VACINAÇÃO CONTRA O COVID-19 551

Marcelo Rodrigues Mazzei

Introdução	551
1. Federalismo cooperativo em matéria de saúde pública	552
2. Competência municipal para instituir plano de vacinação contra o covid-19	558
Conclusão.....	562
Referências.....	563

VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA E ESCUSA DE CONSCIÊNCIA: O TEMA 1103/STF E A TEORIA EXTERNA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 565

Lucas Oliveira Faria

Introdução	565
1. O histórico do leading case are 1.267.879/SP.....	567
2. A eficácia dos direitos fundamentais e a teoria externa.....	569
3. A possibilidade de restrição dos direitos fundamentais no caso concreto	571
4. A posição do supremo tribunal federal	574
Conclusão.....	580
Referências.....	582

A REGULAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE E JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA: DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS COMO UM CAMINHO POSSÍVEL 585

Juliana Yumi Yoshinaga Kayano

Introdução	585
1. O processo de regulação e a central de regulação de ofertas de serviços de saúde do estado de são paulo (cross).....	586
2. A política pública de regulação dos leitos covid-19 no estado de são paulo	593
3. A judicialização do direito à saúde em tempos de pandemia e os diálogos interinstitucionais	598
Considerações finais	603
Referências.....	604

A SAÚDE PÚBLICA E SUA JUDICIALIZAÇÃO NA PANDEMIA: REFLEXÕES EM TEMPOS DE CRISE 607

Reynaldo Mapelli Junior

1. O covid-19 e a realidade brasileira	607
2. Judicialização coletiva e legislação estruturante do SUS	608
3. Judicialização das medidas de restrição: competência concorrente e proteção à saúde	613
4. Conhecimento científico e precaução	615
5. Outras ações judiciais.....	618
6. Nos processos judiciais	622
Conclusão.....	625
Referências.....	625

AS NECESSIDADES DECORRENTES DA PANDEMIA DO COVID-19 E AS ALTERNATIVAS AO DIREITO ADMINISTRATIVO: ENTRE A RAZÃO DE ESTADO E A SOLIDARIEDADE SOCIAL POR MEIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) 629

Luis Manuel Fonseca Pires

Introdução: Uma encruzilhada.....	629
1. Uma direção: Razão de estado	632
1.1. O medo como afeto político mobilizador do direito administrativo.....	634
2. Outra direção: o direito administrativo e a solidariedade social por meio do sistema único de saúde (SUS).....	637
Referências.....	640

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE PÓS-PANDEMIA	641
<i>Clenio Jair Schulze</i>	
Introdução	641
1. Indenização e o COVID-19.....	641
2. Processo estrutural em saúde	643
3. Direito à saúde e métodos consensuais de solução de conflitos	644
4. A nova fase da judicialização da saúde.....	645
5. Reserva de ciência.....	646
6. Direito à saúde baseado em evidências.....	647
7. Equidade sanitária intergeracional	649
8. Esg e responsabilidade sanitária	651
9. Constitucionalismo sanitário.....	652
Considerações finais	653
Referências.....	653